

# Fundo lança programa para apoiar lideranças femininas negras

O Fundo para Equidade Racial – Fundo Baobá – lançou hoje (2), no Museu de Arte do Rio (MAR), o Programa Marielle Franco de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras, para ampliar a participação de mulheres negras em posições de poder e influência. O programa homenageia a vereadora carioca assassinada em março de 2018.

[\(Agência Brasil, 02/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

As inscrições para dois editais do projeto serão abertas amanhã no [site](#) do fundo. Um dos editais é focado no desenvolvimento de mulheres negras líderes, que oferece bolsa de formação técnica e política a 60 mulheres de todo o país, com duração de 18 meses. O outro é oferecido a organizações sociais, coletivos e grupos de mulheres. Serão selecionadas dez instituições que terão aporte financeiro por 18 meses para desenvolver suas capacidades institucionais e melhorar suas habilidades de gestão, finanças, marcas, capacitação.

Em entrevista à **Agência Brasil** a diretora executiva do Fundo Baobá, Selma Moreira, disse que as organizações negras historicamente sempre tiveram mais dificuldades de acessar recursos. “Então, para nós, o processo de formação é fundamental para permitir que as organizações estejam mais preparadas para conquistar seus espaços. É disso que se trata.”

## **Fortalecimento**

Desde sua criação, em 2011, até o final do ano passado, o Baobá apoiou 101 projetos, sempre focados na promoção da equidade racial. Os investimentos somaram quase R\$ 6 milhões. “Isso pensando sempre em atuar em editais que sejam primeiro um modelo democrático, para que as organizações tenham condições iguais de concorrer aos recursos”, afirmou a diretora. Os projetos envolveram temas como cultura, educação, negócios, desenvolvimento econômico e olhar feminino.

## **Bolsa**

O edital Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras concederá bolsa de R\$ 40 mil para cada mulher selecionada. Já o edital Fortalecimento de capacidades de organizações, grupos e coletivos de mulheres negras disponibilizará até R\$ 170 mil para cada organização.

A ideia, segundo Selma Moreira, é fazer com que as ideias e ideais das mulheres e instituições negras circulem e tragam novos resultados para o bem público.

As inscrições serão recebidas até o dia 4 de outubro e a divulgação dos projetos vencedores ocorrerá no dia 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra, que homenageia Zumbi dos Palmares, último líder do maior dos quilombos nacionais.

O início dos processos de integração e formação está previsto para janeiro de 2020.

## **Concurso Cultural ‘Mulheres Negras Ativistas do enfrentamento à violência de gênero participam do 25º Seminário Internacional de Ciências Criminais’ - Inscrições até 15/08/2019**

O IBCCRIM e o Instituto Avon, patrocinador-master do [25º Seminário Internacional de Ciências Criminais](#), lançam nesta terça-feira (13) o Concurso Cultural ‘Mulheres Negras Ativistas do enfrentamento à violência de gênero participam do 25º Seminário Internacional de Ciências Criminais’.

**[\(IBCCRIM, 14/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

O concurso concederá 10 (dez) bolsas integrais para participação no Seminário, que será realizado entre 27 e 30 de agosto no Hotel Tivoli Mofarrej, em São Paulo (SP). As vencedoras do prêmio receberão as inscrições integralmente custeadas pela parceria, sendo 06 (seis) vagas para participantes de São Paulo/SP e quatro de outras cidades.

Para as quatro vencedoras de fora do Estado de São Paulo serão oferecidas passagens, hospedagem e ajuda de custo para transporte e alimentação. As bolsas serão destinadas para mulheres negras ativistas que atuam no enfrentamento da violência de gênero, que tenham trajetória na luta de temas ligados à violência e assistência à mulher. **[Clique aqui e leia o regulamento completo.](#)**

**Para inscrições, acesse:** <https://forms.gle/2dw6ZP9GovU6DJvJ8>

Para participar, as candidatas precisam preencher o formulário, apresentar uma carta de apresentação e descrever a trajetória de atuação no enfrentamento à violência de gênero. As inscrições serão aceitas até o dia 15 de agosto às 23h59. A seleção das participantes será efetuada pelas Coordenadoras do Projeto Avon no IBCCRIM e **serão observados os critérios presentes no edital.** O resultado será divulgado no dia 19 de agosto no site e nas redes sociais do IBCCRIM. As selecionadas deverão confirmar sua participação no Seminário Internacional até 20 de agosto de 2019.

## concurso cultural

Mulheres negras ativistas do enfrentamento à violência de gênero **participam do 25º Seminário Internacional IBCCRIM**

O IBCCRIM e o Instituto Avon concederão **10 (dez) bolsas integrais** para participação no 25º Seminário Internacional, que será realizado entre os dias 27 e 30 de agosto. O prêmio oferecido corresponde a **10 inscrições integralmente custeadas pela parceria**, sendo 6 vagas para participantes de São Paulo/SP e 4 de outras cidades, para as quais serão oferecidas passagens, hospedagem e ajuda de custo para transporte e alimentação. **As bolsas serão destinadas para Mulheres negras ativistas que atuam no enfrentamento da violência de gênero.**

**Inscrições até 15/08 às 23h59**  
**no site do IBCCRIM:**  
**[www.ibccrim.org.br](http://www.ibccrim.org.br)**

Realização:



**INSTITUTO**  
**AVON**

## [Até agora, mulheres conquistaram a maioria das vagas do Brasil em Tóquio-2020](#)

*Bom desempenho nos esportes coletivos levou a esta posição de destaque das brasileiras*  
**[\(O Globo, 12/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Na cerimônia de abertura do **Pande Lima**, **Martina Grael** e **Kahena Kunze**. Na de

encerramento, **Rafaela Silva**. Coube às mulheres a missão de carregar a bandeira do Brasil. Uma escolha que acompanha o momento pelo qual o esporte passa no país. O evento na capital peruana foi marcado pelo aumento da representatividade feminina. E, nos **Jogos Olímpicos de Tóquio**, tudo indica que vá ser ainda maior. Até agora, elas conquistaram a maioria das vagas para 2020.

O Brasil possui, até agora, 104 vagas para os Jogos. Destas, 60 são femininas, o que corresponde a 57,7%. Uma maioria que se deve a um melhor desempenho das mulheres em relação aos homens nos esportes coletivos. As brasileiras já se classificaram no futebol (18), no handebol (14), no rúgbi 7 (12) e no vôlei (12). Além disso, Ana Marcela Cunha (maratona aquática), Maria Iêda Guimarães (pentatlo moderno) e a dupla Martina e Kahena (vela) estão garantidas em Tóquio.

Nos Jogos de Lima, encerrados neste domingo, avanços neste quesito já haviam sido registrados. No início das competições, a delegação brasileira era formada por 486 atletas. Destes, havia 250 homens (51,5%) e 236 mulheres (48,5%). A diferença nunca foi tão pequena na história da delegação brasileira em pan-americanos. E isso não é por acaso.

— O mundo hoje está assim. Os países estão fazendo um investimento na performance feminina por entenderem que é um caminho concreto na conquista de medalhas. Também estamos com esse olhar. Nos causa maior interesse quando surge um valor do gênero feminino. Porque, em determinadas provas, existe uma possibilidade de crescimento mais rápido do que no masculino. Então, faz parte deste processo direcionar recursos a partir do momento que estas atletas surgem — afirma o diretor de esportes do Comitê Olímpico do Brasil Jorge Bichara.

Em números gerais, as mulheres nunca conquistaram tantas medalhas em um Pan quanto em Lima. Foram 66 ao todo (19 ouros, 10 pratas e 37 bronzes). A porcentagem em relação ao total, no entanto, diminuiu comparação com Toronto. Em 2019, as mulheres foram responsáveis por 38,6% dos pódios. Há quatro anos, esta fatia foi de 44,7%. O que mostra um caminho ainda a ser traçado.

### **Pedido por visibilidade e apoio**

Entre os novos valores femininos que chamaram a atenção do COB no Pan estão Milena Titoneli, ouro no Taekwondo (67kg), Vitória Rosa, bronze nos 100m rasos e prata nos 200m do atletismo, e Larissa Pimenta, ouro no judô (52kg). Todas elas brigam por uma vaga em Tóquio-2020.

Após conquista da medalha de bronze no revezamento 4×100 medley feminino da natação, as brasileiras falaram sobre o tema. Numa modalidade em que os resultados dos homens foram mais repercutidos, elas lembraram que, mesmo com menos visibilidade e apoio financeiro, também estão batalhando por seus objetivos.

— Eu acho que isso (o desempenho das mulheres no Pan) só mostra o quanto nós somos poderosas e podemos ir além. Somos pouco valorizadas no esporte. De um modo geral, a atenção que a gente tem é mínima. Que sirva para mostrar que estamos aqui, brigando com muito menos condição do que muito homem que briga por medalha. A gente está de cabeça erguida, indo para luta do mesmo jeito. Mas com menos visibilidade, com menos patrocínio, com menos tudo. Mas estamos aqui. Sempre — afirmou Giovanna Tomanik, que também

faturou um bronze nos 100m borboleta.

*Por Rafael Oliveira*

---

## **Aborto: série especial conta a história de cinco mulheres que interromperam a gestação 12 vezes**



Cinco irmãs. Negras. Mães. Empurradas à clandestinidade. Abortaram 12 vezes, sempre sem amparo legal e médico. Baianas, nascidas no interior, suas histórias se ambientam também em Salvador. Os cinco perfis revelam os caminhos dessas mulheres, com idades entre 35 e 44 anos, em algum tipo de relacionamento estável, que também foram ou são vítimas de violência física e psicológica, pelos parceiros e profissionais de saúde.

Esta série de reportagens publicadas no jornal [Correio](#) ouve pesquisadoras, especialistas e fontes oficiais para tentar entender: Por que essas mulheres tiveram tantas gestações indesejadas? O que haveria de errado em suas vidas reprodutivas? Onde o serviço de saúde teria errado para que isso acontecesse? Quais políticas públicas falharam? Sofreram violência? Tiveram dificuldade de negociar o método com o parceiro? Tiveram pleno acesso à informação e método adequado?

Num momento em que países alteram a sua política em favor dos direitos da mulher, o Brasil

discute o assunto, mas pouco decide sobre o tema. Por isso, diante do risco de serem perseguidas e denunciadas, omitimos a cidade onde vivem e mudamos os nomes das personagens e daqueles ligados a elas. Aqui, seus nomes foram substituídos por cores além do vermelho, que tingiu seus corpos: Violeta, Anil, Preta, Oliva e Rosa.

A série foi uma das cinco selecionadas no edital “*Jornalismo Investigativo em Direitos Humanos, Aborto e Saúde Pública*”, do Instituto Patrícia Galvão, com apoio da Global Health Strategies e Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). O instituto recebeu cerca de 200 propostas e cinco foram escolhidas. Foram quase 12 meses de trabalho, envolvendo pesquisa, entrevistas e desenvolvimento da narrativa.

Confira a série completa acessando [este link](#).

**Textos:** Edvan Lessa

**Pauta:** Edvan Lessa e Clarissa Viana

**Edição de texto:** Mariana Rios

**Editor multimídia:** Wladimir

**Infográficos:** Fernanda Nunes

**Vídeo (edição, produção e direção):** Edvan Lessa, Hugo Araújo

**Áudios (edição):** Lindaiara Conceição

**Programação:** Daniel Lyrio

**Fotos:** Hugo Araújo, Marcelo Nunes e Yuri Rosat

---

## [Mulheres negras destacam papel dos objetivos globais na eliminação do racismo](#)

*As mulheres negras são 55,6 milhões de pessoas no Brasil. Representam 25% da população e compõem um dos grupos mais vulneráveis ao racismo, machismo e outras formas de discriminação. Os efeitos dessas desigualdades impedem que elas vivenciem direitos em todo o ciclo de vida, porque não acessam ou acessam pouco as oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental oferecidos à população brasileira.*

**[\(ONU, 29/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Reconhecendo as mulheres negras como sujeitas de direitos e sujeitas políticas, a ONU Mulheres Brasil desenvolve, desde março de 2017, a estratégia de comunicação e advocacy Mulheres Negras Rumo a Um Planeta 50-50 em 2030 em parceria com organizações e entidades nacionais do movimento de mulheres negras para resposta às demandas da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, ocorrida no ano de 2015.

Parceira da sociedade civil representada no Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta

50-50 em 2030, a ONU Mulheres Brasil apoia estratégias para avançar a resposta do país em relação às metas da Agenda 2030 e seus [17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\)](#).

“Assim que os ODS foram anunciados pelos países, percebemos que outra vez as mulheres negras e os grupos vulneráveis estavam de fora desse debate. (...) Vimos que era necessário que novamente as mulheres negras tomassem rédeas desse processo”, considera Lúcia Xavier, integrante do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030, parceira da ONU Mulheres Brasil, e coordenadora de Criola - Organização de Mulheres Negras.



*Lúcia Xavier em diálogo sobre ODS articulados com as dimensões de gênero e raça. Foto ONU Mulheres | Mayara Varalho*

Segundo Lúcia, os ODS trazem desafios práticos e mensuráveis para a inclusão social da população negra por meio de metas e indicadores de progressos que visam monitorar investimentos, avaliar políticas e inovações para eliminar desigualdades.

“Para que essa agenda se afine um pouco mais é preciso divulgar não somente os ODS, mas as possibilidades de incorporação das mulheres negras nesse processo. Talvez a maneira mais concreta de fazer isso seja (...) olhar os ODS como uma oportunidade e enegrecê-los a ponto de poderem dar resposta às condições da população negra e das mulheres negras”, diz Lúcia Xavier.

Para Clátia Vieira, também integrante do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030 e coordenadora do Fórum Nacional de Mulheres Negras, um dos momentos importantes de abordagem os ODS com foco no enfrentamento das desigualdades de gênero e raça foi no Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos: contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, ocorrido em dezembro de 2018, em oficina com cerca de 40 lideranças nacionais e estaduais além de mulheres negras da Colômbia e do Uruguai.

“Embora a gente tenha uma representação nacional, é sempre bom ouvir, apresentar os ODS para quem não conhecia. E foi muito boa a dinâmica de as pretas se colocarem a partir dos 17 ODS, falando sobre a região onde vivem e militam e fazer propostas. A oficina trouxe uma demanda para a nossa agenda. Se a gente está falando de uma pauta de mulheres negras, a gente não tem o porquê de ficar isolada numa decisão”, avalia Clátia Vieira.

No Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos, duas oficinas abordaram os ODS e a Década Internacional de Afrodescendentes - uma para lideranças nacionais e estaduais e outra para comunicadoras e ciberativistas -, atividades conjuntas do Comitê Mulheres Negras 2030, ONU Mulheres e organização do encontro nacional.

“Foi um primeiro momento de aproximação das organizações de mulheres negras organizadas sobre um conjunto de ferramentas de direitos acordados até 2030. Estes direitos apontam uma oportunidade para o enfrentamento do racismo e da dívida histórica do nosso país com as mulheres negras. Essa é uma agenda já consolidada e com um conjunto de informações e o que falta ser feito daqui para frente”, conta Lúcia Xavier.

Ana Lúcia Pereira, integrante do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030

e componente da Agentes de Pastoral Negros, considera que “a forma como nós falamos sobre os ODS é um tanto distante das mulheres”. E constata a necessidade de inovar nas maneiras de abordagem das mulheres negras, um dos grupos mais vulneráveis às desigualdades sociais.

“Na oficina, cada mulher negra falou do lugar onde está qual dos objetivos que ela se identificava. Foi interessante porque ela percebeu que ela já trabalha esses ODS e pode contribuir conosco para que possamos identificar onde podemos estar e de que forma podemos fazer essa troca de conhecimento, sendo que a oficina foi apenas um exemplo de tudo aquilo que pode ser realizado.”

## **Pluralidade e inovação**

Na visão da especialista em educação, gênero e relações raciais Suelaine Carneiro, facilitadora da oficina com lideranças nacionais e estaduais do movimento de mulheres negras, “os 17 objetivos dizem respeito a desafios para o planeta”. “Essa permanência da feminização da pobreza em famílias de mulheres negras é um desafio gigantesco a gente ter um outro planeta em 2030. A paridade de gênero e o enfrentamento ao racismo são agendas que se apresentam decisivas para a gente ter uma nova condição social em todos os países desse mundo”.

De acordo com Suelaine Carneiro, é fundamental a inclusão das mulheres negras no conjunto de parcerias destacadas para a implementação dos ODS não somente pela vulnerabilidade delas, mas pela capacidade de inovação que suas visões de realidade e mobilização social em comunidades pode agregar aos esforços do Brasil com o desenvolvimento sustentável.

“O que as mulheres negras discutem são as condições sociais da população brasileira, em particular as condições do grupo mais vulnerável que são as mulheres negras. Elas trazem pluralidade para pensar política pública, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Década Internacional de Afrodescendentes e o compromisso global para reversão das condições sociais da população negra”, alerta.

A jornalista Cleidiana Ramos, facilitadora da oficina com comunicadoras e ciberativistas, ressalta os desafios trazidos pelas novas tecnologias e tendências no ambiente digital. “A gente está numa segunda fase de revolução digital que mexe com linguagens, e a gente tem vários desafios. O principal talvez é como a gente consegue falar para o nosso público a partir de formas em que mudam as próprias formas de relacionamento com as plataformas”.

Ramos lembra que as mídias digitais ainda têm vasto potencial a ser explorado em termos de mapeamento e produção de conteúdos. “Quando utilizamos algumas dessas ferramentas, vimos que discussões sobre documentos-chave, como os documentos da Conferência de Durban e ODS, eles estavam praticamente ausentes do mapeamento em ambiente digital. É uma amostra do quanto a gente tem que estar conversando. a gente tem que estar se conectando e pensando em como aprofundar os nossos conteúdos. Mesmo que de uma forma leve, a gente não pode perder essas referências que qualificam esse debate”.

## **Mulheres Negras nos ODS**

As mulheres negras são 55,6 milhões de pessoas no Brasil. Representam 25% da população e compõem um dos grupos mais vulneráveis ao racismo, machismo e outras formas de discriminação. Os efeitos dessas desigualdades impedem que elas vivenciem direitos em todo o ciclo de vida, porque não acessam ou acessam pouco as oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental oferecidos à população brasileira.



Reconhecendo as mulheres negras como sujeitas de direitos e sujeitas políticas, a ONU Mulheres Brasil desenvolve, desde março de 2017, a estratégia de comunicação e advocacy Mulheres Negras Rumo a Um Planeta 50-50 em 2030 em parceria com organizações e entidades nacionais do movimento de mulheres negras para resposta às demandas da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, ocorrida no ano de 2015.

Por meio do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030, as ações são desenvolvidas junto a parcerias governamentais, do setor privado, da academia e diferentes setores da sociedade em apoio ao mandato da ONU Mulheres no país de apoio à implementação dos ODS. Em abril de 2019, o Comitê se reuniu, na Casa da ONU, em Brasília, para avaliação de ações desenvolvidas desde 2017 e plano de trabalho 2019-2020 integrado ao planejamento da ONU Mulheres Brasil.

Saiba mais: [onumulheres.org.br/mulheresnegras](http://onumulheres.org.br/mulheresnegras)

---

## [Marielle Franco vira símbolo mundial de resistência na Europa. Por quê?, por Nina Lemos](#)

Andando pelas ruas da Alemanha no mês do orgulho gay (celebrado em julho) é possível dar de cara com vários cartazes com a imagem de Marielle Franco. Seu rosto, com as cores do arco íris, está ao lado de um texto que diz: “marche e proteste com orgulho”. O texto é referência às marchas do orgulho gay que acontecem em todo o mundo.

**[\(Universa, 29/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

O poster foi feito pela Anistia Internacional Alemã, que decidiu, nesse ano, que Marielle (juntamente com outros três ativistas LGBT) deveria ser uma das homenageadas dentro da campanha “Coragem precisa de proteção.”

Não é só na Alemanha que Marielle é lembrada. A imagem e a história da vereadora, assassinada em 2018, roda o mundo. Em setembro, será inaugurado um parque com seu nome em Paris. Em Portugal, uma rua deve ganhar o nome dela. A decisão foi aprovada por unanimidade por todos os parlamentares da cidade. Ela rompeu a barreira do Brasil. Virou um símbolo internacional para todos que lutam pelos direitos humanos. Por quê?

### **Caso emblemático**

No caso da campanha alemã, Marielle é homenageada junto com outros três ativistas: Zak, ativista LGBT grego que foi assassinado em circunstâncias ainda não esclarecidas. Alejandra, uma mulher trans de El Salvador que, depois de lutar mais de dez anos pelos direitos LGBTs está presa nos Estados Unidos por mais de 1 ano, e Luna, uma mulher trans da República Dominicana que luta pelos direitos dos trabalhadores sexuais e foi torturada e estuprada pela

polícia.

Além dos pôsteres, a Anistia Internacional Alemã tem tirado fotos de participantes de paradas de orgulho LGBT e colocando nelas um adesivo de “justiça para Marielle”. Eles também distribuem cartões com a imagem da carioca para que pessoas de todo o mundo mandem cartas para o governo brasileiro pressionado por justiça.

“O caso é emblemático para muitos defensores dos direitos humanos em todo o mundo. Ela foi muito corajosa, uma lutadora maravilhosa pelos direitos humanos e pelos direitos dos marginalizados. Ela foi discriminada e vitimada por várias razões, por vir de uma situação econômica pobre, por sua cor, sua identidade sexual e sua orientação sexual.

Quando defendemos seu caso, estamos não apenas tentando criar uma situação melhor para ela e sua família, mas também para tentar esclarecer seu caso”, diz Sarah Fremberg, assessora da Anistia Internacional em Berlim.

Segundo ela, é um exemplo e uma lembrança para que outros casos como o dela não se repitam. “Nós queremos cuidar do seu caso como um exemplo para vários outros defensores dos direitos humanos do mundo, para que aqueles que tentam melhorar a qualidade de vida dos grupos que são discriminados no mundo todo possam ter segurança”, diz Sara.

A Anistia Internacional, além dessa campanha, segundo Sara, trabalha junto com a organização no Brasil para pressionar o governo a esclarecer e fazer justiça ao caso Marielle.

### **Parque Marielle Franco**

Segundo a historiadora francesa Maud Chirio, especialista em Brasil, Marielle representa um ponto de mudança na história do Brasil. “Foi o momento em que ficou realmente claro que o país estava entrando em um momento mais autoritário e reacionário. Algo foi rompido ali, e isso ficou claro em todo o mundo, acendeu um alerta”, diz. “Ela era uma mulher negra, favelada, bissexual e que não temia os poderosos, isso faz dela um símbolo de luta e coragem para o mundo inteiro”, diz. Maud é integrante do RED (Rede Européia pela Democracia no Brasil), um dos grupos responsáveis pela conquista da praça com o nome de Marielle Franco.

“O que achamos mais importante, e celebramos, é o fato dela ganhar um espaço onde sempre será lembrada, onde a placa não será arrancada”, ela diz, se referindo ao fato dos vereadores que quebraram uma placa com seu nome. “Ela não pode ser esquecida.

Esse é nosso trabalho e é importante deixar claro que muita gente no mundo, além do Brasil, reconhece isso e não deixará sua memória sumir”, diz.

Especialista em história brasileira desde o início dos anos 2000, Maud vê no exemplo dela também a opressão que mulheres enfrentam ao fazerem parte do ambiente político no mundo todo. “Ainda são raras mulheres na política. E elas muitas vezes são vítimas de ódio. No caso de Marielle, é terrível, porque além de ter sido assassinada por saber demais, ser corajosa e significar tantas coisas, ela continua sendo odiada até hoje.

Arrancar uma placa de rua com seu nome, como aconteceu no Brasil, é uma violência muito grande. É querer apagar completamente a pessoa. Ela não pode ser esquecida.”

“A sociedade precisa tomar medidas para proteger com muito cuidado aqueles que lutam

contra a discriminação, o racismo e a injustiça. A política não deve dividir os interesses das pessoas. Os políticos deviam se unir para proteger aqueles que estão em uma situação mais vulnerável que eles. Todo mundo pode fazer alguma coisa contra discriminação e injustiça”, diz Sara. Lembrar da vereadora e pedir justiça para elas, segundo Sara, faz parte daquilo que qualquer um pode fazer. E, não, ela não pode ser esquecida.

*Nina Lemos é jornalista e escritora, tem 46 anos e mora em Berlim. É feminista das antigas e uma das criadoras do 02 Neurônio, que lançou cinco livros e teve um site no UOL no começo de 2000. Foi colunista da Folha de S. Paulo, repórter especial da revista Tpm e blogueira do Estadão e do Yahoo. Escreveu também o romance “A Ditadura da Moda”.*

---

## **Apesar de política pró-agrotóxicos, margaridas resistem, por Giulliana Bianconi**

*Na Marcha das Margaridas, mulheres produtoras do campo e da floresta, indígenas e quilombolas ocuparão as ruas de Brasília, apoiadas pelas mulheres urbanas*

**(Época, 28/07/2019 - acesse no site de origem)**

Existem poucas coincidências em Brasília. Três dias após o presidente Jair Bolsonaro afirmar que “falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira”, a lista de agrotóxicos liberados no país teve 51 novos produtos e fórmulas aprovados pelo Governo (Anvisa, Ibama e Ministério da Agricultura). Ponto para o agronegócio, que tem na ministra da Agricultura, Tereza Cristina — a líder da Bancada Ruralista no Congresso —, uma entusiasta da flexibilização das regras para fiscalização e aplicação dos agrotóxicos.

O contraponto a essa figura feminina não feminista e tudo que ela endossa à frente de um ministério pouco interessado até o momento em discutir o setor agrícola para além do agronegócio será feito por milhares de mulheres que se organizam para a Marcha das Margaridas. De acordo com as organizadoras, são esperadas 100 mil mulheres na capital federal daqui a duas semanas.

A soberania alimentar é uma das bandeiras da Marcha das Margaridas. As mulheres produtoras do campo e da floresta, indígenas, quilombolas ocuparão as ruas de Brasília, apoiadas pelas mulheres urbanas, para reivindicar um Brasil que ainda é numeroso: o dos produtores locais que querem defender sua cultura alimentar e a diversidade dos modos de distribuição e consumo dos alimentos. Uma reivindicação que fala, inclusive, sobre a gestão do campo. De acordo com dados do Censo Agro (IBGE, 2017), o campo agrário, assim como a cidade, reflete também o avanço histórico das mulheres nos espaços de produção. Entre 2006 e 2017, o total de estabelecimentos agrícolas conduzidos por produtoras saltou de 12,7% para 18,6%. Há estados em que essa taxa, de mulheres produtoras, passa dos 20%, como Bahia,

Pernambuco e Maranhão.

Do estado governado por Flávio Dino, recentemente chamado de “governador de paraíba” pelo presidente da República, sairão pelo menos 70 ônibus organizados. “É o maior grupo que já foi para a Marcha das Margaridas partindo daqui do Maranhão”, me disse a professora de filosofia Lavínia Moreno. Integrante do Coletivo de Mulheres do Maranhão, do Fórum de Mulheres Maranhenses e do Fórum de Filosofia do Maranhão, ela vai pela primeira vez à Marcha — que acontece a cada quatro anos, desde 2000. “Não havia como não ir neste ano, precisamos fazer a resistência a esse governo.” Em Pernambuco, estão confirmados 42 ônibus, somando cerca de 2 mil mulheres.

“Vamos a Brasília dizer que não há o que conversar com o presidente da República”, me revelou Raisa Rabelo, que integra ainda a Marcha Mundial das Mulheres, movimento feminista iniciado naquele mesmo 2000. Ela afirma que há 19 anos, quando as duas marchas começaram, existia uma perspectiva de diálogo com o governo Fernando Henrique Cardoso, mesmo que a política econômica fosse bastante liberal. “Agora vamos lá para ocupar nosso espaço, como uma forma de protesto”, diz. Em 2015, governo Dilma, o tom era bem diferente, e representantes da Marcha das Margaridas chegaram a entregar a pauta do movimento ao então ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Miguel Rosseto.

Parte das mulheres que estarão marchando e que assumem essa face mais combativa nesta edição da Marcha produz alimento sob os conceitos da agroecologia, e isso significa que renegam sementes transgênicas e pesticidas [extremamente](#) tóxicos (na lista de 51 novos agrotóxicos aprovados recentemente, 17 estão classificados como extremamente tóxicos), prezam pela biodiversidade, pela preservação e conservação ambiental. Sem dúvida, um Brasil à parte de Brasília.

*Por Giulliana Bianconi*

---

## **[25 de julho: A visibilidade da mulher negra e a luta para romper o silêncio](#)**

*A data oportuniza a discussão sobre os meios para superar a opressão histórica sobre as mulheres negras*

**[\(Brasil de Fato, 25/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Mesmo pertencendo a maior parcela da população, uma vez que vivemos em um país no qual temos uma maioria de negros e mulheres, as mulheres negras permanecem sendo as mais exploradas e negligenciadas socialmente. Realidade que pode ser constatada nos dados que tratam do mercado de trabalho, no mapa da violência ou na representatividade política. A frente e por trás disso, o racismo e preconceito, cada vez mais arraigados. O dia 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Afro-Latina, Americana e Caribenha e também Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, é uma boa oportunidade para a reflexão sobre essa

situação.

No país, elas são 55,6 milhões, chefiam 41,1% das famílias negras e recebem, em média, 58,2% da renda das mulheres brancas. Os dados foram extraídos do [Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça](#), de 2015, feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Já no Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o último Censo, em 2010, a população negra é de 22%. Sendo esse percentual baseado na autodeclaração, a estimativa variável é que haja 17% de mulheres negras. Cabe observar que ao falar de mulheres negras, estão as mulheres pretas, pardas (de diversas miscigenações).

Quando observamos os dados de homicídios, os dados não são nada animadores. De acordo com o [Atlas da Violência 2019](#), foram registrados 4.936 assassinatos de mulheres em 2017, sendo que 66% das vítimas é negra, morta por armas de fogo, tendo boa parte acontecido dentro de casa. Na política, dados da campanha [Mulheres Negras Decidem](#) apontam que, em 2018, dos 513 parlamentares, apenas 10 eram mulheres negras.

No mercado de trabalho, de acordo com Lucia Garcia, economista do Dieese e especialista em mercado de trabalho, em 2017, quando ultrapassávamos o período em que a crise brasileira e latina se tornou crônica, se observa que as mulheres negras voltam a enfrentar taxas de desemprego (21,1% da Força de Trabalho negra feminina) muito mais altas que as mulheres não negras (11,1%) e do que os homens não-negros (9,4%), tornando-se assim o grupo mais vulnerável ao desemprego.

“Além disso, quando obtiveram ocupações, as negras estavam em maior proporção em inserções vulneráveis, como o assalariamento ilegal (sem a CTPS assinada), 6,6% das ocupadas negras, enquanto entre as não-negras essa proporção era de 3,8%. Enclaves produtivos associados ao trabalho pesado e pouco valorizado também tradicionalmente são os lugares da mulher negra, como o emprego doméstico, que absorvia 23,4% das negras ocupadas, ao passo que apenas 11,5% da não negras. [Como resultante desse quadro, a remuneração das negras tem ficado muito aquém de outros segmentos populacionais](#) (68% do rendimento médio dos homens não negros)”, aponta.

“No período recente, as mulheres negras conheceram melhoria em sua condição no mundo do trabalho, sobretudo entre 2005 e 2014, mas tão logo o esgotamento do modelo do governo democrático-popular se apresentou, sendo substituído pelo austericídio, a condição dessa população piorou rapidamente”, conclui.

### **Para além dos números**

Além de confrontar os números, há a realidade subjetiva que precisa ser analisada quando falamos da luta e resistência das mulheres negras, subjetividade observada no silenciamento e abafamento de suas vozes. Para a doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Winnie Bueno, o pacto narcísico da branquitude e as novas formas de silenciamento da violência racial são duas características contemporâneas que aprofundam os desafios do combate ao racismo no Brasil. “Estamos sendo governados por um presidente que nega a existência do racismo. Isso é grave, isso é bastante sério e isso faz com que o governo possa se omitir de enfrentar o racismo enquanto problema social”, ressalta.

Ela destaca que as mulheres negras vivem uma tensão dialética entre ativismo e opressão, o que faz com que os momentos de maior violência sejam também momentos de ampliação de formulações políticas, educacionais e estratégicas. “É um momento onde direitos dos grupos

oprimidos estão sendo mais diretamente atacados, e isso impacta na vida de mulheres negras, mas é também nesses momentos que as formulações e estratégias políticas desenvolvidas por essa coletividade adquirem complexidade”.

No que diz respeito ao Sul do país, para além de todos os desafios relacionados ao racismo e ao sexismo, temos a questão da invisibilidade, frisa Winnie. “A narrativa que não existem pessoas negras no Sul faz com que a nossa atuação seja mais dificultada. A primeira organização de mulheres negras do Brasil nasceu aqui, a ONG Maria Mulher, da educadora Maria da Conceição Fontoura. Entretanto, não é nacionalmente reconhecida e celebrada como é Sueli Carneiro, por exemplo. Essas mulheres são contemporâneas, ativistas fundamentais para a luta de mulheres negras, mas a dinâmica de marginalização das mulheres negras no sul oculta trajetórias”, conclui.

## **Pioneira**

A ONG Maria Mulher foi a primeira organização a juntar feminismo e movimento negro no país. Ela foi construída em 1987, momento da redemocratização do país. Na época, de acordo com Sandra Maciel, uma das coordenadoras da ONG juntamente com Maria Conceição Lopes Fontoura, o movimento negro tinha as suas pautas mas as mulheres negras estavam construindo as suas próprias formas de enfrentamento ao racismo e ao machismo. Ao se analisar a situação das mulheres negras no estado, afirma, “Estamos por nossa própria conta, fazendo os caminhos, criando oportunidades, porque ainda somos as últimas da pirâmide em uma sociedade racista e sexista”.

Em relação aos avanços, Sandra destaca a conquista em postos de trabalho, onde eram vistos somente pessoas não negras. “Colorimos as universidades do Brasil afora”. Em contrapartida os retrocessos, aponta, são os a sociedade está vivendo na questão da reforma da aposentadoria, nas mudanças das leis trabalhistas, nos ataques na educação. Ao abordar a questão dos números de violência às mulheres negras, Sandra, frisa que a precariedade das condições sociais, econômicas, psíquicas faz da mulher negra uma vítima potencial de quase todos os tipos de violência e nisso está incluso os homicídios e feminicídios.

## **Mídia (jornalismo), judiciário e mercado editorial**

Esses três segmentos, assim como em tantos outros, refletem a imagem e presença da mulher negra na sociedade como um todo, onde a estética não é aceita, a história é invisibilizada e a voz abafada.

Para a jornalista Jeanice Dias Ramos, as dificuldades não terminaram para as mulheres negras jornalistas, mas apesar de todos os percalços, ela acredita que a nova geração traz uma nova esperança e perspectiva. “Nós, jornalistas negras, com eu, a Vera Daisy, a Vera Cardozo, a Delcinara Nascimento, passamos por uma etapa muito difícil. Éramos muito solitárias nas redações, uma no meio de uma multidão. Isso está alterando, é um grãozinho de areia, mas está alterando. As novas jornalistas negras estão abrindo mais espaço, e não é um processo tão doloroso como foi o nosso. Os tempos são outros, as mentalidades não estão tão enraizadas”, acredita.

A também jornalista e repórter, Fernanda Carvalho, enfatiza que ainda se está muito aquém do ideal. “Temos que seguir caminhando e abrindo espaços”, afirma. Tratando da presença das mulheres na mídia e no jornalismo, Fernanda pontua que duas questões precisam ser vistas: a visibilidade e a representatividade. “Visibilidade é bacana, é bom vermos mais profissionais

negras diante da tela, por exemplo, mas ainda precisamos estar nos outros espaços: redatores, editores, pauteiros.. Aí entra a representatividade. Temos que ter voz ativa nos espaços decisórios”, analisa.

De acordo com ela, na prática, infelizmente, depende-se de uma profissional negra em muitas redações para que as pautas ganhem espaço. “De uma maneira geral, quem pensa o jornalismo não é ainda sensível neste sentido. E quando é, parece que ainda não o suficiente. Ainda temos muito a avançar, mas também é importante vermos que já caminhamos neste sentido”, observa.

Ao se falar de espaços de poder, a juíza Karen Luise Vilanova Batista de Souza Pinheiro, da 1ª Vara do Júri de Porto Alegre, relata que as mulheres negras não ocupam esses espaços, que a ausência é visível em todos eles: executivo, legislativo e judiciário. “Essa condição gera um saldo negativo de vocalização de demandas próprias, precarizando condições de sobrevivência. Quem melhor pode dizer sobre a escola, o saneamento básico, o sistema de saúde, a habitação, o salário para uma mulher negra do que ela própria? Ninguém. Portanto, vivemos um quadro dramático”, analisa.

No setor Judiciário, Karen aponta que a realidade é de um setor branco e do gênero masculino. “Realizamos a justiça com esse viés unidimensional sobre o mundo. Não há pluralidade e diversidade no Poder Judiciário. Represento menos de 1% da magistratura feminina preta brasileira”, afirma. A magistrada conta que na maioria das vezes, em encontros com estudantes, eles dizem nunca terem visto uma juíza negra.

“O que significa dizer que gerações não constituem sua identidade de forma positiva, compreendendo como possível estarem em determinados lugares e exercerem certas funções. Ao contrário, mulheres negras constituem-se de modo negativo, percebendo-se como incapazes de ocupação de espaços e de exercício de poder. Acaso as coisas permaneçam como estão, nada mudará”, reflete. Para ela, vive melhor a mulher negra e sua família quando lhe são garantidos direitos sociais e trabalhistas.

No mercado editorial a jornalista e editora literária Fernanda Bastos, da editora Figura de Linguagem, diz que o segmento é muito similar aos outros espaços. “O racismo é estrutural, e o mercado editorial reflete essas opressões de gênero, raça e classe. Avanços têm sido conquistados, especialmente a partir do século 21, por conta da organização das mulheres negras, mas os ganhos coletivos surgem lentamente”, observa.

Pode-se ter uma ideia das dificuldades enfrentadas, conforme Fernanda, ao pensar no fenômeno literário do século 20 que foi Carolina Maria de Jesus, em como foi difícil para ela se inserir e como, até hoje, tentam deslegitimar seus feitos e sua obra. “Mesmo sendo esse arrasa-quarteirão em vendas e trazendo a perspectiva dela, o lugar de fala, ainda assim houve estranhamento e rejeição do mercado”, pontua.

Na avaliação da editora, escritoras africanas que são sucesso de venda, como Chimamanda Ngozi Adichie, têm demonstrado que a experiência negra no mundo tem qualidade literária é vendável e contribui para uma nova perspectiva quando o assunto é literatura feita por mulheres negras. “Essas autoras mundialmente conhecidas alargam as possibilidades de consumo para outras mulheres negras, pois há um público que há muitos anos vinha sendo desprezado e que hoje começam a ser atendidos. Os êxitos de vendas e de projeto literário de Conceição Evaristo, Geni Guimarães e Ana Maria Gonçalves são exemplares do poder das narrativas de mulheres negras no Brasil”, afirma

Fernanda Carvalho sintetiza os desafios das mulheres negras em fazer com que suas pautas sejam vistas de maneira tão universal como outras pautas são. “Por exemplo, não vemos o genocídio da juventude negra ser tratado pela mídia – generalizando – como um problema do país. Parece que é um problema só nosso. Se é a mãe negra que chora, a gente que se resolve”, exemplifica. “Não há retrocesso maior do que voltarmos a dizer nos dias de hoje que somos todos iguais. Ou, pior ainda, que racismo nem existe. Não vamos deixar o mito da democracia racial, que só nos atrasou na luta por equidade, volte e ganhe força novamente. Vamos seguir em frente, honrando os passos daquelas que vieram antes de nós e pelas mulheres negras que darão continuidade a nossa luta”, finaliza.

## **Resistência e luta**

“O 25 de julho nos lembra de nossos desafios, de nossas dores, mas também nos unifica. É um momento importante para debatermos os meios para superarmos a opressão histórica que opera em diversos níveis sobre as mulheres negras. Se o momento político é desfavorável para os ativismos, não é novidade para as mulheres negras, porque costumamos cavar nosso espaço sem contar com muita empatia”, conclui Fernanda Bastos.

Em 1992, na cidade de Santo Domingo, na República Dominicana no Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas, criou-se a Rede de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas, onde definiu-se o dia 25 de julho como Dia da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha. No Brasil, oficializou-se a data em 2014, quando a então presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.987 determinando o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.

Tereza de Benguela, foi uma mulher quilombola, rainha e chefe de estado, que viveu no século XVIII no Vale do Guaporé. Ela liderou o Quilombo de Quariterê, no estado do Mato Grosso, que resistiu da década de 1730 até o final do século.

## **Atividades alusivas ao dia 25**

Nesta quinta-feira, acontece uma aula pública, na Esquina Democrática, no centro de Porto Alegre, a partir das 17h. O debate vai contar com a participação de Claudenice Rodrigues (moradora da Ocupação Lanceiros Negros e integrante do Movimento de Mulheres Olga Benario); Carla Zanella (coordenadora da Emancipa Mulher – Escola Feminista e Antirracista, cientista social, graduanda em direito); Tainah Motta do Nascimento (Advogada lesbofeminista antirracista e mestranda em Educação pela Unisinos, pesquisadora da trajetórias de professoras negras lésbicas no ensino público); e Lucia Garcia (Economista e especializada em teoria econômica, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Economia/ UFRGS, técnica do DIEESE e professora da Escola Ciências do Trabalho do DIEESE, coordenadora dos estudos e informativos sobre a inserção da População Negra em mercados de trabalhos metropolitanos, bem como sobre a condição de inserção produtiva das Mulheres Negras).

No sábado (27), acontece o debate “Mulher Negra Latino-americana e Caribenha e Lei 10.639/03”, no Bar da Carla, na Lobô da Costa, 24, Porto Alegre, a partir das 14h30. A roda de conversa terá a participação de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (professora da rede municipal e criadora e coordenadora do Projeto Meninas Crespas); Perla Santos (professora da rede estadual, integrante do Coletivo Alicerce); e Karen Santos (vereadora de Porto Alegre pelo PSOL e Procuradora Especial da Mulher na Câmara de Vereadores).



---

# [Marcha das mulheres negras acontece em diferentes capitais do país](#)

*Ato reúne população feminina negra pelo fim do racismo e contra a conjuntura política que afeta majoritariamente esse grupo social*

**[\(Alma Preta, 23/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

A marcha das mulheres negras acontece em Belém, Salvador e São Paulo neste dia 25 de julho, quinta-feira. No Rio de Janeiro, a mobilização será no dia 28, domingo. O ato reunirá uma diversidade de mulheres negras para gritar contra o racismo, feminicídio, LGBTfobia, mortalidade materna, violência obstétrica e racismo religioso e ambiental.

O protesto também critica os cortes na educação, a reforma da previdência e o pacote de segurança pública do Ministro da Justiça, Sérgio Moro. De acordo com as manifestantes, essas são as medidas que afetam de forma mais sensível as mulheres negras.

“A marcha reivindica não só para nós, mulheres negras, mas para toda sociedade condições dignas de vida nas esferas municipal, estadual e federal”, conta a jornalista, mestranda em comunicação pela USP e uma das articuladoras do movimento, Cinthia Gomes.

Em São Paulo, após reunir mais de 7 mil pessoas no ano passado, o ato será na Praça da República. A programação vai contar com intervenções artísticas e políticas do bloco afro Ilú Obá de Min e de cantoras e poetisas negras.

Também haverá uma aula pública de Nilma Bentes, fundadora do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará e idealizadora da marcha que levou 50 mil mulheres à Brasília em 2015.

Ela vai abordar o conceito de Bem Viver - filosofia indígena que propõe uma outra forma de organização social, contrária ao acúmulo de capital e à exclusão - e como ele se insere na vida das mulheres negras.

Para incentivar a participação das mães e fortalecer o vínculo e o pertencimento com a ancestralidade negra, na marcha da capital paulista também haverá uma marchinha das crianças negras, com concentração às 17h.

A marcha faz alusão ao dia 25 de julho, data em que é comemorado o Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha. Também é celebrado o Dia Nacional da Mulher Negra e Dia Nacional de Teresa de Benguela, importante líder quilombola que viveu no século XVIII.

## **Mobilização em cada capital**

### **4ª Marcha das Mulheres Negras em Belém**

Com o lema “Mães negras amazônidas em luta contra o genocídio do povo negro”, o ato será

pelas ruas do bairro do Guamá em 25 de julho, quinta-feira. A concentração começa às 16h na Avenida Rio Tucunduba. Para mais informações, acesse a [página do evento](#) no Facebook.

### **3ª Marcha das Mulheres Negras em Salvador**

Sob o mote “Por uma Bahia livre do racismo”, o ato será no centro da capital baiana em 25 de julho, quinta-feira. A concentração começa às 13h na Praça da Piedade. Para mais informações, acesse a [página do evento](#) no Facebook.

### **4ª Marcha das Mulheres Negras em São Paulo**

O lema escolhido é “Sem violência, racismo, discriminação e fome! Com dignidade, educação, trabalho, aposentadoria e saúde!” e o ato será pelas ruas da região central também no dia 25 de julho, quinta-feira. A concentração começa às 17h30 na Praça da República. Para mais informações, acesse a [página do evento](#) no Facebook.

### **4ª Marcha das Mulheres Negras no Rio de Janeiro**

Com o mote “Mulheres Negras resistem: em movimento por direitos, contra o racismo, o sexismo e todas as formas de violência”, o ato será no dia 28 de julho, domingo. A concentração começa às 10h no Posto 4 da Praia de Copacabana. Para mais informações, acesse a [página do evento](#) no Facebook.

*Por Nataly Simões*

---

## **[Dia da Mulher Negra: conheça oito projetos transformadores de alunas que promoveram reflexões e combateram preconceitos](#)**

*O projeto “Cabelo, autoestima e construção da identidade da menina negra” ajudou meninas de São Paulo a se empoderarem e aceitar a beleza natural dos cachos*

Apesar de corresponder a 54% dos brasileiros, segundo o IBGE, a população negra ainda luta para eliminar desigualdades e discriminações até hoje. No próximo dia 25 de julho é celebrado o Dia da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha. A data foi criada em 1992, durante o 1º Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas e é considerada um marco na luta das mulheres negras em todo o mundo. No Brasil, o dia foi oficialmente reconhecido em 2014, por meio da Lei nº 12.987/2014 e, desde então, o país celebra o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Tereza foi líder do Quilombo de Quariterê, no Mato Grosso, no século 18.

Diante da importância da data, o programa Criativos da Escola, do Instituto Alana, apresenta

oito projetos transformadores de estudantes do ensino fundamental ou médio que promoveram reflexões sobre a luta que as mulheres negras enfrentam dia a dia em todos os seus ambientes (escola, trabalho e família), sendo impactadas por um preconceito duplo, de gênero e de raça.

Ao perceberem que muitas jovens negras recorriam ao alisamento de seus cabelos para tentar escapar de comentários racistas, três alunas do Ensino Fundamental da Escola Estadual Prof<sup>a</sup> Leila Mara Avelino, em Sumaré (SP), se mobilizaram para dar um basta à situação. Era o início do projeto “Cabelo, autoestima e construção da identidade da menina negra”, um dos 11 premiados da 4ª edição do Desafio Criativos da Escola.

A iniciativa surgiu com a aplicação de uma pesquisa entre colegas, e os dados levantados entre os 317 estudantes do colégio deixaram as meninas estarecidas: 48% dos alunos afirmaram ter feito piadas sobre o cabelo das colegas, e 30% das alunas declararam ter sido vítima dessas atitudes.

Outro dado que chamou a atenção foi a negação da própria identidade entre os jovens. Apesar de formarem a maior parcela dos estudantes, apenas 18% se declararam pardos e 23% pretos. Paralelamente às pesquisas, as jovens criaram o clube juvenil “Naturalmente Cacheadas”, um espaço de diálogo sobre autoestima, empoderamento e incentivo para que as garotas assumam a beleza natural dos seus cachos.

O projeto fez tanto sucesso que as idealizadoras têm sido convidadas para palestrar em universidades e em seminários nas cidades vizinhas, além de firmarem parcerias com grupos como “Ponto de Cultura e Memória Ibaô” e com a “Pastoral do Negro”. Recentemente, o grupo soube que inspirou uma escola em Campinas (SP) a realizar ações semelhantes. Já a pesquisa, inicialmente um projeto escolar, virou um projeto de iniciação científica, com direito a financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), e foi expandido para outras quatro escolas de Sumaré.

Conheça abaixo outros sete casos protagonizados por crianças e jovens que abordam a valorização da mulher negra na sociedade e que também foram destaque nas premiações do Desafio Criativos da Escola:

[Minas na Ciência](#): alunas de São Miguel das Matas (BA) criaram um aplicativo, jogo da memória e outros materiais para evidenciar o trabalho de mulheres cientistas (inclusive brasileiras e negras). Agora, ocupam diferentes eventos e espaços na cidade disseminando conhecimento.

[Meu cabelo é um ato político](#): alunas negras de Maracanaú (CE) se reúnem mensalmente e promovem ações contra o racismo dentro e fora da escola.

[Lugar de mulher é onde ela quiser](#): estudantes do Rio de Janeiro (RJ) utilizam a arte para educar a comunidade escolar sobre os direitos das mulheres.

[Bonecas Negras, Cadê?!](#): estudantes de Serra Preta (BA) produzem e distribuem bonecas negras, elevando autoestima de alunas e fomentando o debate sobre racismo na escola.

[Danças Ancestrais](#): para valorizar cultura quilombola, estudantes de comunidade em Candiba (BA) criam grupo de dança de ritmos africanos.

[Crespianas](#): estudantes de Senador Pompeu (CE) provocam discussão sobre representação

negra e questionam estereótipos de beleza.

[Solta esse Black](#): alunas do Rio de Janeiro (RJ) formam um coletivo para empoderar garotas e combater machismo e racismo dentro da escola.

### **Em breve: divulgação dos projetos premiados em 2019!**

A 5ª edição do Desafio Criativos da Escola, em 2019, recebeu 1443 inscrições de todos os estados do Brasil. A divulgação dos sete projetos selecionados será feita até agosto, após um grupo de jurados selecionar as experiências que mais se destacarem pelos seguintes critérios: protagonismo, empatia, criatividade e trabalho em equipe. A novidade desta edição fica por conta da premiação deste ano: uma viagem para Roma, na Itália, onde as crianças e jovens premiados participarão da Conferência Global “Eu Posso”, com a presença do Papa Francisco, de artistas e demais lideranças mundiais, em novembro.

### **Sobre o Instituto Alana**

O [Instituto Alana](#) é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que aposta em programas que buscam a garantia de condições para a vivência plena da infância. Criado em 1994, é mantido pelos rendimentos de um fundo patrimonial desde 2013. Tem como missão “honrar a criança”.